



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT**

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. Abilio Brunini)

Solicita ao Ministro de Minas e Energia sobre contratações da Petrobrás com empresas envolvidas nos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ministro de Minas e Energia sobre contratações da Petrobrás com empresas envolvidas nos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato. como segue:

1. A Petrobras continua realizando contratos com empresas que estiveram envolvidas no escândalo de corrupção da Lava Jato? Em caso positivo, encaminhar relação detalhada de tais contratos.
2. Quais são as medidas adotadas pela Petrobras para garantir a transparência e a integridade em novos contratos com empresas previamente implicadas na corrupção?
3. Como a Petrobras está assegurando que novos contratos com empresas envolvidas na Lava Jato não repitam os mesmos problemas de corrupção do passado?
4. Quais são os critérios utilizados pela Petrobras na seleção de fornecedores e empresas contratadas, especialmente aquelas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT

Apresentação: 25/03/2024 13:55:54.590 - CFFC

REQ n.70/2024

com histórico de envolvimento na Lava Jato?

5. Qual é a postura da Petrobras em relação ao monitoramento e fiscalização dos contratos com empresas previamente envolvidas em escândalos de corrupção?
6. Como a Petrobras está lidando com as questões de responsabilidade corporativa ao considerar novos contratos com empresas implicadas na Lava Jato?
7. Quais são os mecanismos de controle interno implementados pela Petrobras para evitar novos casos de corrupção em contratos com empresas relacionadas à Lava Jato?
8. Como a Petrobras está promovendo a transparência e a prestação de contas em seus novos contratos, especialmente aqueles envolvendo empresas associadas ao escândalo da Lava Jato?
9. Quais são as salvaguardas legais e regulatórias que a Petrobras está adotando para mitigar os riscos de corrupção em seus novos contratos com empresas anteriormente implicadas na Lava Jato?
10. Qual é a posição da Petrobras em relação à responsabilização de indivíduos e empresas envolvidas em casos de corrupção passados, ao considerar novos contratos ou parcerias?

JUSTIFICAÇÃO

Através do Acórdão 1568/2020 - PLENÁRIO, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, sob a relatoria do ministro Benjamin Zymler, estudo econométrico no qual foram apurados os prejuízos causados por cartel que teria atuado em contratações da Petrobras nos governos petistas entre 2004 e 2012. De acordo com o estudo, que excluiu os aditivos contratuais, o valor a mais em cada contratação, em virtude do conluio, era de 14,53%.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT

Ao todo, as 24 empresas que comprovadamente fizeram parte desse cartel causaram prejuízo à Petrobras de R\$ 12,3 bilhões. Esse valor atualizado e com juros é hoje superior a R\$ 18 bilhões.

O trabalho do TCU também quantificou o dano causado individualmente por cada empresa cartelizada. Das 24 empresas, a que encabeça a lista gerou prejuízo de R\$ 1,9 bilhão (valor atualizado e com juros). A segunda e a terceira empresas da lista causaram danos de R\$ 1,6 bilhão cada uma, em valores atualizados e com juros.

Entre as cartelizadas, mesmo as três empresas que causaram os menores prejuízos nas contratações da Petrobras no período analisado geraram danos milionários. Valores atualizados superiores a R\$ 279 milhões (22^a), R\$ 259 milhões (23^a) e R\$ 221 milhões (24^a). Juntas, somente essas três respondem pelo rombo de mais de R\$ 760 milhões.

Segundo matéria do O GLOBO de 17/03/2024, "As construtoras Andrade Gutierrez e Novonor (ex-Odebrecht), que estiveram envolvidas nos escândalos de corrupção da Petrobras revelados pela Operação Lava-Jato, estão na fase final da licitação para a retomada das obras da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco. A refinaria, que já custou cerca de R\$ 100 bilhões, segundo estimativas, foi um dos projetos envolvidos no escândalo da Lava-Jato. O Tribunal de Contas da União (TCU) chegou a apontar superfaturamento de pelo menos R\$ 2,1 bilhões nas obras da unidade. A informação de que Andrade Gutierrez e Novonor estavam no processo de licitação da refinaria foi antecipada pelo jornal O Estado de S.Paulo e confirmada pelo GLOBO. Diversas empreiteiras já fizeram acordos com órgãos do governo para poderem voltar a participar de licitações públicas, em um processo que começou no governo Jair Bolsonaro. Em janeiro deste ano, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse que a retomada das obras da Rnest vai custar de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões. Em evento que contou com a presença do presidente Lula, Prates chegou a dizer que a refinaria é um exemplo de "superação" e "volta por cima". Procurada, a Petrobras disse que





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT

o processo referente às obras da Rnest está em andamento, na fase legal de “Efetividade”, após o recebimento das propostas no último dia 14 de março. “As sugestões recebidas, que são de conhecimento público, estão em fase de análise pela Comissão de Licitação e, portanto, não há o que se falar em empresa e nem proposta vencedora no momento”, disse a companhia. A construção de uma segunda unidade de refino terá capacidade de produzir 145 mil barris de diesel por dia. Com a chegada do PT ao poder novamente, a direção da companhia decidiu acelerar o projeto de ampliação da refinaria e ampliar a primeira unidade, que vai passar de uma capacidade de 115 mil barris de petróleo por dia (bpd) para 130 mil bpd.

É de suma importância que esta Comissão exerça seu papel de fiscalização e controle sobre as atividades do setor energético, especialmente no que diz respeito à integridade e transparência nas relações contratuais da Petrobras. Considerando a relevância da Petrobras para a economia nacional e a recente história de corrupção que assolou a empresa nos Governos do PT, é essencial garantir que medidas adequadas tenham sido adotadas para prevenir a repetição de tais problemas no futuro.

As perguntas propostas buscam esclarecer o panorama atual das relações contratuais da Petrobras, bem como as medidas preventivas e corretivas implementadas para garantir a integridade e transparência nessas operações.

Ao solicitar essas informações ao Ministro de Minas e Energia, esta Comissão estará cumprindo seu mandato de fiscalização e contribuindo para promover a responsabilidade corporativa e a boa governança no setor de energia do país.

O presente Requerimento se faz necessário para dar continuidade ao papel do Poder Legislativo de exercer a prerrogativa de fiscalização e controle do uso dos recursos públicos contribuindo para promover a responsabilidade corporativa e a boa governança no setor de energia do país.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ABILIO BRUNINI - PL/MT

Solicitamos, ainda, que seja respeitado o prazo constitucional para resposta a este requerimento, conforme estabelecido no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal.

Agradecemos antecipadamente a atenção e o empenho, na prestação das informações solicitadas, que serão fundamentais para a fiscalização do uso dos recursos públicos em nosso país.

Sala das Sessões, em de de 2024

Deputado Abilio Brunini

PL - MT

